

**COMENTÁRIO CRÍTICO SOBRE O TEXTO *O ENSINO E A PESQUISA EM HISTÓRIA ANTIGA NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DOS DADOS DA PLATAFORMA LATTES*, DE DOMINIQUE SANTOS, GRAZIELE KOLV E JULIANO JOÃO NAZÁRIO**

*Juliana Bastos Marques<sup>1</sup>*

Aproveitarei a oportuna publicação do levantamento do prof. Dominique Santos e de seus alunos para registrar a memória da confecção do banco de dados de professores e pesquisadores do Grupo de Trabalho em História Antiga da ANPUH, o GTHA, que foi a base para o levantamento e análise dos dados em seu artigo, tecendo em seguida alguns comentários.

Depois da fundação do GTHA, durante o Simpósio Nacional de História realizado na UFF em 2001 (Silva, 2001), coube aos professores e pesquisadores presentes no simpósio seguinte a consolidação e operacionalização do GT. Eleito como coordenador geral nesta ocasião o Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas, da UFRGS, o grupo presente se comprometeu a montar um site que incluísse um banco de dados de pesquisadores em História Antiga no Brasil. Com a forte expansão da área, a pergunta se fazia cada vez mais premente: quem está em qual instituição pesquisando o quê? Respostas baseadas na memória e no conhecimento pessoal dentre o grupo já não eram mais suficientes, bem como usá-las como base para articulação até mesmo dentro da própria ANPUH, já que a área de História Antiga era antes repetidamente negligenciada na Associação e nesse momento a situação começava a mudar. O uso cada vez mais disseminado de grupos de discussão via e-mails também começava a facilitar a divulgação de eventos específicos na área de História Antiga, em especial dos grupos de pesquisa locais que estavam começando a se expandir. Sendo assim, o prof. Anderson Vargas consultou os colegas presentes na reunião do GT de História Antiga na ANPUH de João Pessoa, em 2003 e eu me voluntariei para trabalhar em conjunto com ele e montar o site do GTHA, que seria hospedado nos servidores da UFRGS.

---

<sup>1</sup> Professora adjunta em História Antiga, UNIRIO.

Como eu já tinha experiência com criação de websites, adverti os presentes das dificuldades inerentes à montagem e em especial à manutenção de um banco de dados. Por eu não ser da UFRGS, não tínhamos direito de administração no servidor para montar qualquer tipo de script que automatizasse a entrada de dados, e a solução aventada foi inseri-los manualmente, um a um. O modelo da página que criei classificava os pesquisadores por estado ou ordem alfabética, e a página de cada nome deveria conter e-mail, formação e área de pesquisa, a serem fornecidos pelo próprio pesquisador via formulário enviado para o e-mail do site.<sup>2</sup> Esta opção era bastante trabalhosa para a confecção do banco de dados, mas já permitia que não confiássemos apenas na nossa memória para cadastrar os pesquisadores.

Porém, como alertei durante a reunião em João Pessoa, uma coisa era criar o banco de dados, e a outra, bem mais difícil, era mantê-lo atualizado e completo. Para isso era necessário que o GTHA se consolidasse o suficiente para ser conhecido por todos os pesquisadores da área em todo o Brasil. Na internet, o primeiro passo seria criar um domínio próprio, que poderia ser redirecionado para qualquer servidor quando houvesse mudança de instituição da coordenação geral. No entanto, o registro de domínio é um serviço pago, e, ainda que barato, o GTHA não tinha qualquer fonte de financiamento.<sup>3</sup> Sendo assim, sugeri que utilizássemos a eventual verba arrecadada nos encontros nacionais do GTHA, estruturados para acontecer de forma intercalada aos simpósios nacionais da ANPUH, para cobrir esses custos. A lista de discussão do GTHA, em uma época em que esse meio era bastante popular – e praticamente o único, antes da era dos grupos do Facebook –, foi o meio de divulgação que alavancou os dados necessários, mas outros pesquisadores chegaram à página e a seu formulário de cadastro por diversos outros meios, de forma que em um ano já tínhamos um número bastante expressivo de cadastrados.

Chegamos na época a conclusões semelhantes, ainda que de forma empírica, às apresentadas pelo artigo aqui comentado: embora houvesse uma expressiva predominância geográfica de pesquisadores e docentes na região Sudeste (em seguida, Sul), já encontrávamos finalmente pesquisadores

---

<sup>2</sup> O site [archive.org](http://archive.org) tem cópias em cache dessa versão antiga. Por exemplo, o site tal como existia em 10 de janeiro de 2010 está disponível em:

<<https://web.archive.org/web/20100110064904/www.gtantiga.net>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

<sup>3</sup> Como na época era necessário possuir um CNPJ para registros .br, optamos por fazer um registro internacional usando a extensão .net, depois mudada para .com.

formados em História Antiga nas outras regiões do Brasil, revertendo uma característica histórica das universidades públicas de fazer concursos conjuntos de História Antiga e Medieval e contratar pesquisadores de fora da área, especializados geralmente em História do Brasil. Essa perspectiva favorável foi fortemente consolidada nos anos seguintes com os concursos públicos permitidos pelo Reuni nas IFES, de forma que tal crescimento pode facilmente ser classificado como exponencial.

Sem dúvida, esse crescimento exponencial já era esperado, haja vista a multiplicação de orientações de mestrado e doutorado nas últimas décadas, o que também tenderia a criar a paradoxal situação de um esperado excesso de pesquisadores qualificados perante o crescimento irregular e lento das vagas docentes para a área em cursos de História (em especial com o fim do Reuni). A par disso, há de se considerar alguns aspectos de cunho metodológico que afetam o resultado do levantamento realizado no artigo, e que tornam o quadro mais complexo.

É notório que a área de História Antiga, diferentemente das outras áreas disciplinares de História, é em essência multidisciplinar, fazendo parte do conjunto tradicionalmente conhecido como Estudos Clássicos e composto por formações em Letras Clássicas – Grego e Latim, Arqueologia e Filosofia Antiga. Tal configuração é herança de uma estrutura acadêmica europeia centenária, que inclusive pré-data o estabelecimento da disciplina específica de História nas universidades, no início do século XIX. Em paralelo a este processo, surgiam as “Sociedades” de Estudos Orientais, em geral de caráter nacional e voltadas para estudos de Arqueologia e Filologia, nas expedições – muitas vezes de iniciativa individual – ligadas à expansão colonialista europeia. Ainda hoje essa divisão está presente em muitas universidades e centros de pesquisa na Europa (e, por tabela, nos EUA), apesar do crescente questionamento quanto à arbitrariedade e inadequação de se dividir o Mundo Antigo em blocos distintos e de pouco ou quase nenhum diálogo entre si, ainda através da fabricada e problemática divisão Ocidente *versus* Oriente.

Tal configuração prejudicou a formação tanto de especialistas interdisciplinares quanto dentro da própria área de Antiguidade Oriental no país, o que pode ser explicado como consequência da importação do modelo dos Estudos Clássicos na educação brasileira em detrimento de qualquer possível

ligação, institucional ou não, do Brasil com essas sociedades de Estudos Orientais. Isso gerou uma carência ainda mais brutal de disponibilidade de bibliografia especializada que permitisse a pesquisa nas universidades brasileiras, afetando a formação de “orientalistas”. As exceções notórias de pesquisadores como Ciro Flamarion Cardoso e Emanuel Bouzon e seus orientandos podem ser vistas como heroicos esforços em sentido contrário, e espera-se que no futuro próximo estejam em patamar de expressividade mais equilibrado em relação aos estudos de Antiguidade Clássica no Brasil.

Nesse sentido, gostaria de destacar a necessidade de uma revisão nos paradigmas tradicionais de pesquisa em Antiguidade consolidados por essas divisões. Uma consequência da metodologia adotada no levantamento é a ausência de professores e pesquisadores que se formaram na área de História Antiga e trabalham agora em outras disciplinas, como em Latim ou Grego, ou do contrário, que se nota em particular no caso de arqueólogos/as que obtiveram grau de doutorado em Arqueologia e se veem na impossibilidade de prestar concursos na área de História Antiga por restrições no edital de seleção. Se por definição essas pesquisas em Antiguidade são – e devem ser! – interdisciplinares, acabam não o sendo de fato por conta dessas diversas restrições institucionais artificiais. Quanto à divisão entre Antiguidade Clássica e Oriental, o problema da sua artificialidade foi escancarado já na década de 1980, com o ensaio *Black Athena*, de Martin Bernal, mas até hoje não foi devidamente superado. Outro exemplo patente é a perspectiva europeizante da subárea de “Mundo Helenístico”, um período-tampão e, portanto, pouco estudado em relação aos blocos tradicionais de Grécia e Roma, imaginado ainda por Johann Gustav Droysen através da ação de um indivíduo herói que conquistaria o Oriente e levaria a ele a luz helênica, prenúncio do próprio tempo do historiador.

Como é sempre bom lembrar, ainda que sejamos também depositários da tradição clássica, no Brasil estamos fora da obrigação de fazer da História Antiga a base da história nacional, tal como se faz ainda na Europa. Isso deveria nos libertar para repensar o Mundo Antigo fora dessas amarras tradicionais, das formas tão consolidadas apontadas por Norberto Guarinello (2003).<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> GUARINELLO, Norberto. Uma morfologia da história: as formas da História Antiga. *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, Vol. 3, no 1, p. 41-61, 2003.

Afinal, de certa forma nós brasileiros somos tão periféricos hoje quanto eram os báctrios helenísticos ou as tribos da fronteira do Reno. Como podemos usar essa condição para refletir sobre nossas pesquisas e fazer delas não uma cópia inferior das nossas bibliografias – “inferior” porque não temos acesso a grandes bibliotecas ou estamos fora do grande circuito de debates acadêmicos –, mas sim reflexões originais e alinhadas com o nosso tempo, mutante e globalizado?

O resultado de pesquisas como a do levantamento comentado é fundamental como ponto de partida para essas reflexões. Quem somos, como estamos distribuídos, o que fazemos são questões cujas respostas fornecem subsídios para seguirmos em frente com objetivos bem definidos. O que a pesquisa brasileira em Antiguidade tem a oferecer, para pensar sobre nós mesmos e o mundo? Ainda é suficiente argumentar que precisamos estudar e ensinar História Antiga porque ela é “fundadora da civilização ocidental, da qual fazemos parte”? Mas, e espero que nossa posição periférica nos ajude a questionar isso com propriedade e riqueza de possibilidades, o que significa essa “civilização ocidental” no século XXI?

## **Referências Bibliográficas**

Guarinello, Norberto. Uma morfologia da história: as formas da História Antiga. *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, Vol. 3, no 1, p. 41-61, 2003.

Silva, Gilvan Ventura da. Editorial do GT de História Antiga. In: Silva, Gilvan Ventura da. (org.) *Anais do Grupo de Trabalho (GT) de História Antiga Realizado no XXI Simpósio Nacional da ANPUH de 23 a 25 de Julho de 2001. Hélade*, Volume 2, Número Especial, 2001.